

DIREITO PENAL	
EDITAL DE 2009	EDITAL DE 2018
Princípios constitucionais do Direito Penal A lei penal no tempo e no espaço Interpretação da lei penal Elementos da infração penal: sujeito ativo, passivo e bem jurídico penal	1. Princípios gerais de direito penal. 2. Lei penal no tempo e no espaço. 3. Tempo e lugar do crime. 4. Contagem de prazo e frações da pena. 5. Conflito aparente de normas.
Tipicidade, elementos e causas de exclusão Ilícitude, elemento e suas causas de exclusão Culpabilidade, elementos e suas causas de exclusão	6. Teoria geral do crime: 6.1. Classificações das infrações penais. 6.2. Conceituação de crime e seus elementos. 6.3. Fato típico. 6.3.1. Conduta. 6.3.2. Resultado. 6.3.3. Nexos de causalidade. 6.3.4. Tipicidade, tipicidade conglobante. 6.3.5. Princípio da insignificância. 6.4. Crime doloso, Crime culposos, crimes qualificados pelo resultado. 6.5. Ilícitude. 6.6. Culpabilidade. 6.7. Crime consumado e tentativa. 6.8. Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível. 6.9. Teoria da imputação objetiva. 6.10. Erro de tipo e erro de proibição.
Concurso de pessoas.	6.11. Concurso de pessoas.
...	7. Teoria geral da pena: 7.1. Penas privativas de liberdade. 7.2. Penas restritivas de direito. 7.3. Pena pecuniária. 7.4. Aplicação da pena. 7.5. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. 7.6. Concurso de infrações. 7.7. Suspensão condicional da pena. 7.8. Livramento condicional. 7.9. Efeitos da condenação. 7.10. Reabilitação. 7.11. Medida de segurança. 7.12. Ação penal. 7.13. Extinção da punibilidade. 7.13.1. Prescrição.
Crimes contra a pessoa	8.1. Crimes contra a pessoa.
Crimes contra o patrimônio	8.2. Crimes contra o patrimônio
...	8.3. Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos.
Crimes contra os costumes	8.4. Crimes contra a dignidade sexual.
...	8.5. Crimes contra a família. 8.6. Crimes contra a incolumidade pública. 8.7. Crimes contra a paz pública. 8.8. Crimes contra a fé pública.
Crimes contra a Administração Pública	8.9. Crimes contra a administração pública.
Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65)	9.1. Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65).
Crimes contra criança e adolescente e prática de atos infracionais (Lei nº 8.069/90)	9.13. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).
Crimes contra Relações de Consumo (Título II - Lei nº 8.078/90)	9.3. Código do Consumidor (Lei nº 8.078/90).
Crimes contra a propriedade intelectual (Lei nº 9.279/1996)	...
Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997, Cap. XIX, e Lei nº 11.705/2008)	9.2. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97).
Lei de preconceito e discriminação Lei nº 7.716/89	9.9. Crimes Raciais e por Preconceito (Lei nº 7.716/89).
Estatuto do deficiente. Lei nº 7.853/89	9.12. Crimes do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
Lei das licitações Lei nº 8.666/1993	9.20. Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93).
Lei dos transplantes de órgãos (Lei nº 9.434/97)	9.24. Transplante de Órgãos (Lei nº 9.434/97).
Lei dos Crimes Ambientais Lei nº 9.605/98	9.6. Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98).
Lei do software (Lei nº 9.609/1998)	9.7. Crimes Cibernéticos (Lei nº 12.737/12).
Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/01)	9.17. Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95).
Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003)	9.16. Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/03).

DELEGADO DE POLÍCIA - COMPARATIVO DE EDITAIS

Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03, alterado pelas Leis nº 10.867/04 e nº 10.884/04 e Dec. nº 5.123/04)	9.14. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).
Crimes contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/90)	9.21. Ordem Tributária e Relações de Consumo (Lei nº 8.137/90).
Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/97)	9.23. Tortura (Lei nº 9.455/97).
Crime Organizado (Lei nº 9.034/97)	9.5. Crime Organizado (Lei nº 12.850/13)
Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03)	9.15. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).
Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005)	...
Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006)	9.19. Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06).
Lei "Maria da Penha" (Lei nº 11.340/2006). Lei nº 11.596/2007	9.25. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340/06).
Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41)	9.4. Contravenções Penais (Dec. nº 3.688/41).
Crimes hediondos	9.8. Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90).
...	9.10. Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/67).
...	9.11. Crimes contra a Economia Popular (Lei nº 1.521/51).
...	9.18. Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/98 e Lei nº 12.683/12).
...	9.22. Terrorismo (Lei nº 13.260/16).

DIREITO PROCESSUAL PENAL	
EDITAL DE 2009	EDITAL DE 2018
Princípios fundamentais do Direito Processual Penal	1. Direitos e garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal. Pacto de San José da Costa Rica. 2. Princípios processuais penais.
Aplicação do Direito Processual Penal no tempo e no espaço	3. Aplicação do direito processual penal no tempo e no espaço.
Inquérito Policial	4. Inquérito policial. Elementos Informativos e sua validade.
Ação penal: espécies	5. Ação penal. Jurisdição. Competência.
Jurisdição. Da competência	
Da Prova Penal	6. Provas: nominadas, inominadas, meios de obtenção, sistemas de valoração, (i)lícitude.
Da Prisão: Flagrante, Preventiva, Temporária (Lei nº 7.960/89) Liberdade provisória com ou sem fiança	7. Da Prisão, medidas cautelares pessoais e reais e liberdade provisória.
Medidas cautelares pessoais e patrimoniais	
Improbidade administrativa Lei nº 8.429/1992	
...	8. Dos Processos em espécie: processo comum (ordinário, sumário e sumaríssimo).

DELEGADO DE POLÍCIA - COMPARATIVO DE EDITAIS

<p>Processo e julgamento dos crimes de falência (Lei nº 11.101/05)</p> <p>Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos</p> <p>Processo e julgamento dos crimes de calúnia, difamação e injúria</p> <p>Processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial</p> <p>Processo sumário</p> <p>Processo e julgamento dos crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65)</p> <p>Processo e julgamento dos crimes de imprensa (Lei nº 5.250/65)</p> <p>Processo e julgamento dos crimes contra a violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/06)</p> <p>Processo e julgamento dos crimes relacionados com entorpecentes (Lei nº 11.343/06)</p>	<p>Processos especiais (Código de Processo Penal e Legislação Extravagante). Procedimento do Tribunal do Júri. Invalidades processuais (irregularidades, nulidades, inexistência, inadmissibilidade).</p>
Hábeas-Córpus	17. Habeas Corpus.
Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/2001	13. Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Criminais).
Lei nº 9.296/1996	Lei nº 9.296/1996 (Interceptação Telefônica).
Lei nº 10.054/00	9. Lei nº 12.037/2009 (Identificação Criminal).
...	Lei nº 4.898/1965 (Abuso de Autoridade).
...	10. Lei nº 7.960/1989 (Prisão Temporária).
...	11. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)
...	12. Lei nº 8.072/1990 (Crimes Hediondos).
...	14. Lei de Proteção às Testemunhas (Lei 9.809/1999).
...	15. Violência Doméstica e Familiar (Lei nº 11.340/2006).
...	16. Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).
...	18. Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de Capitais). 1
...	20. Lei nº 12.830/2013 (Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia).
...	21. Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa).

DIREITO CONSTITUCIONAL	
EDITAL DE 2009	EDITAL DE 2018
Constituição: conceito e classificação	1. Conceitos de Constituição; noções gerais; ciclos constitucionais; classificação das Constituições; divisão do Direito Constitucional; relação do Direito Constitucional com outras disciplinas jurídicas; fontes do Direito Constitucional; hermenêutica; evolução histórica das constituições brasileiras; preâmbulo das Constituições;
Poder Constituinte	2. Poder constituinte e mudança constitucional.
...	3. Normas constitucionais, eficácia e aplicabilidade. Efetividade e força normativa da Constituição.
Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade	
A repartição de competência na Federação. O Governo da União. Poder e divisão de Poderes: Poder Legislativo (estrutura e organização, funcionamento e atribuições, processo legislativo)	6. Divisão Espacial do Poder - Organização do Estado. 6.1. Organização político-administrativa. 6.2. Estado federal brasileiro. 6.3 A União. 6.4 Estados federados. 6.5 Municípios. 6.6 O Distrito Federal. 6.7 Territórios Federais. 6.8. Intervenção federal. 6.9. Intervenção dos Estados e nos Municípios.

DELEGADO DE POLÍCIA - COMPARATIVO DE EDITAIS

<p>Poder Executivo (a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República) Poder Judiciário (organização, órgãos da Justiça Federal e da Justiça Estadual, garantias constitucionais) Organização do Governo Estadual: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário Estadual</p>	<p>8. Divisão orgânica do poder - Organização dos poderes no Estado. 8.1 Noções gerais. 8.2 Mecanismos de freios e contrapesos. 8.3. Poder Legislativo. 8.3.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 8.3.2. Processo Legislativo. 8.3.2.1 Espécies normativas. 8.3.3 Comissões parlamentares de inquérito. 8.3.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 8.3.5 Tribunal de Contas. 8.3.6 Prerrogativas parlamentares. 8.4. Poder Executivo. 8.4.1 Presidente da República. 8.4.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades. 8.4.2 Ministros de Estado. 8.4.3 Conselho da República e de Defesa Nacional. 8.5. Poder Judiciário. 8.5.1 Disposições gerais. 8.5.2 Órgãos do Poder Judiciário. 8.5.2.1 Organização e competências. 8.5.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 9. Funções essenciais à justiça.</p>
<p>Nacionalidade: modos de aquisição; condição jurídica do brasileiro nato Condição jurídica do brasileiro naturalizado Perda da nacionalidade Condição jurídica do estrangeiro no Brasil Direitos políticos. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa. Estado de sítio. Segurança pública. Organização da segurança pública. Direitos e garantias fundamentais: direitos individuais e coletivos direitos sociais garantias constitucionais (princípios da igualdade e da legalidade, direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada, a proteção jurisdicional e as garantias de ordem criminal)</p>	<p>4. Princípios fundamentais. 5. Direitos e garantias fundamentais. 5.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 5.3 Direitos sociais. 5.4 Nacionalidade. 5.5 Direitos políticos. 5.6 Partidos políticos.</p>
<p>Remédios constitucionais (“habeas corpus”, mandado de segurança, ação popular, direito de petição, “habeas data”, mandado de injunção)</p>	<p>5.2. Remédios Constitucionais.</p>
<p>Bases constitucionais da administração pública: princípios constitucionais aplicáveis. Lei nº 9.868/1999 – processo e julgamento da ADIn e ADC</p>	<p>7. Administração pública. 7.1 Disposições gerais. 7.2 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios.</p>
<p>Ordem econômica e ordem social. Princípios. A intervenção do Estado: condições e possibilidades. A propriedade na ordem econômica: a propriedade urbana e rural. Sistema financeiro. Segurança. Cultura. Família, criança, adolescente e idoso. Os índios</p>	<p>9.1. Ministério Público. 9.2. Advocacia Pública. 9.3 Advocacia e Defensoria Pública. 10. Defesa do Estado e das instituições democráticas. 11. Sistema Tributário Nacional. 11.1 Noções gerais. 11.2 Limitações do poder de tributar. 11.3 Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. 11.4. Repartição das receitas tributárias. 12. Finanças públicas. 12.1 Normas gerais. 12.2 Orçamentos. 13. Ordem econômica e financeira. 13.1 Princípios gerais da atividade econômica. 13.2. Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária. 14. Ordem social.</p>
<p>Emendas Constitucionais. Conteúdos</p>	<p>15. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. 16 Jurisprudência consolidada dos tribunais superiores – STF/STJ.</p>

DELEGADO DE POLÍCIA - COMPARATIVO DE EDITAIS

DIREITO ADMINISTRATIVO	
EDITAL DE 2009	EDITAL DE 2018
	1. Formação Histórica do Direito Administrativo.
Administração Pública	2. Administração Pública: conceito; descentralização e desconcentração; administração direta; órgãos públicos; administração indireta; autarquias, agências reguladoras; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; consórcio público.
Princípios do Direito Administrativo	3. Princípios da Administração Pública, incluindo a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso às Informações).
Poderes Administrativos	4. Poderes Administrativos: conceituação; Poder Vinculado; Poder Discricionário; Poder Hierárquico: Poder Disciplinar; Poder de Autotutela; Poder Regulamentar; Poder de Polícia.
Atos administrativos	5. Ato Administrativo: conceito; elementos; atributos; classificação; espécies; formas de extinção.
Serviços Públicos	9. Serviços Públicos: conceito; diretrizes constitucionais; obra pública; concessão, permissão e autorização; parceria público-privada.
Servidores Públicos (Lei Complementar nº 10.098/94 -Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul -Titulo II -do provimento, promoção, vacância, remoção e redistribuição -Titulo III -dos direitos e vantagens. Lei nº 7.366/80 (Estatuto dos Servidores da Polícia Civil)	13. Servidores Públicos: agentes públicos; classificação dos agentes públicos (cargo, emprego e função pública); normatização constitucional aplicável; Lei Complementar nº 10.098/1994 – Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul (provimento e vacância, remoção, redistribuição, direitos e vantagens, deveres, proibições e responsabilidades); Lei nº 7.366/1980 (Estatuto dos Servidores da Polícia Civil).
Controle da Administração Pública (Controle administrativo; controle legislativo; controle judicial; habeas corpus; mandado de segurança individual; mandado de segurança coletivo; ação popular) Lei nº 8.666/1993 Lei nº 10.994/97. Lei nº 8.987/95	12. Controle da Administração Pública: controle interno (autotutela); controle externo realizado pelos Tribunais de Contas; controle externo exercido pelo Ministério Público; controle jurisdicional.
...	6. Processo Administrativo: conceito; modalidades; princípios; fases do processo administrativo.
...	7. Licitação: princípios; dispensa; inexigibilidade; modalidades; procedimento; invalidação e revogação; recursos administrativos; Lei nº 10.520/2002 (Pregão).
...	8. Contratos Administrativos: regime jurídico; formalização; duração; alteração; equilíbrio econômico financeiro; penalidades; rescisão; convênios e ajustes congêneres.
...	10. Limitações do Estado sobre a Propriedade Privada: noção e finalidade; restrições administrativas em geral; ocupação administrativa; requisição administrativa; servidão administrativa; tombamento; desapropriação.
...	11. Responsabilidade Extracontratual do Estado: evolução; requisitos; causas excludentes da responsabilidade do Estado; responsabilidade por omissão; direito de regresso.
...	14. Improbidade Administrativa: aspectos constitucionais; Lei nº 8.429/1990 - Lei de Improbidade Administrativa (atos de improbidade administrativa, sanções e procedimentos administrativo e judicial).
...	15. Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar federal nº 101/2000 e Lei Complementar estadual nº 14.836/2016).
...	16. Organização da Polícia Civil (Lei nº 10.994/1997).

DIREITOS HUMANOS	
EDITAL DE 2009	EDITAL DE 2018
<p>Declaração Universal dos Direitos Humanos, Proclamada pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil -1998. Cap. I -dos direitos e deveres individuais e coletivos (Art. 5º)</p> <p>Direitos humanos e seus tratados internacionais protetivos</p>	<p>1. Teoria geral dos direitos humanos: conceito e terminologia. 2. Afirmção histórica dos direitos humanos. 3. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. 4. Direitos humanos na Constituição Federal de 1988. 5. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. 6. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948) . 7. Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991). 8. Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública (Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010). 9. Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública (Portaria Interministerial nº 2, de 15 de dezembro de 2010). 10. Tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual (Decreto nº 48.118, de 27 de junho de 2011). 10.1. A Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul (Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012). 11. Lei Estadual 13.694, de 19 de janeiro de 2011. 12. Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010. 13. Lei Estadual nº 13.320, de 21 de dezembro de 2009.</p>

DIREITO CIVIL	
EDITAL DE 2009	EDITAL DE 2018
<p>Lei de Introdução ao Código Civil: vigência, início e cessação de sua obrigatoriedade. A integração da norma jurídica</p>	<p>1. Das normas gerais do direito brasileiro. Interpretação da norma jurídica. Direito subjetivo e potestativo. Direitos imprescritíveis. Lesão de direito. Relação jurídica. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.</p>
<p>Das Pessoas: pessoas naturais; pessoas jurídicas; disposições gerais; Do domicílio civil</p>	<p>2. Das pessoas. 2.1. Pessoa Natural. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência. Da curadoria dos bens do ausente. Da sucessão provisória. Da sucessão definitiva. 2.2. Pessoa jurídica. Disposições gerais. Das associações. Das fundações. 3. Do domicílio. 3.1. Domicílio da pessoa natural. 3.2. Domicílio da pessoa jurídica. 3.3. Domicílio do incapaz, do servidor público, do militar, do marítimo e do preso. 4. Dos bens.</p>
<p>Dos bens: classes</p>	<p>4.1. Bens considerados em si mesmo. Móveis e imóveis. Fungíveis e consumíveis. Divisíveis. Singulares e coletivos. 4.2. Bens reciprocamente considerados. Principais e acessórios. Benfeitorias e sua classificação. 4.3. Bens públicos. Distinção dos particulares. Classificação.</p>
<p>Dos fatos jurídicos: disposições preliminares. Dos atos jurídicos, disposições gerais, seus defeitos, modalidades, forma e nulidades</p>	<p>5. Dos fatos jurídicos. 5.1. Negócio jurídico. Disposições gerais. Requisitos de validade, forma, modo de interpretação e boa-fé. 5.2. Representação. 5.3. Condição, termo e encargo. 5.4. Defeitos. Erro substancial. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. Características e consequências. 5.5. Invalidade do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade.</p>

DELEGADO DE POLÍCIA - COMPARATIVO DE EDITAIS

	Simulação. Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Decadência. Prazo. 5.6. Prova dos fatos jurídicos.
Dos atos ilícitos	6. Dos atos jurídicos lícitos e dos atos ilícitos. 6.1. Requisitos de configuração do ato ilícito. 6.2. Excludentes do ato ilícito.
Da prescrição	7. Da prescrição e da decadência. 7.1. Conceitos. Tratamento dispensado pelo atual Código Civil. Disposições gerais da prescrição e da decadência. Suspensão e Interrupção. Prazos.
	8. Das obrigações. 8.1. Modalidades. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações alternativas, divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. 8.2. Transmissão das obrigações. 8.3. Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações.
	9. Dos contratos em geral. 9.1. Normas gerais. Tendências atuais do Direito Contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado. Função social do contrato. 9.2. Formação dos contratos, estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar. Teoria da boa-fé objetiva. 9.3. Extinção do contrato. Distrato. Cláusula resolutiva. Exceção do contrato não cumprido. Resolução por onerosidade excessiva.
	10. Dos contratos em espécie. 10.1. Compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Compromisso de compra e venda. Direitos do promitente comprador. Permuta. 10.2. Doação. 10.3. Locação de coisas móveis e imóveis. 10.4. Comodato e mútuo. 10.5. Mandato. 10.6. Transação e compromisso.
	11. Atos unilaterais. 11.1. Promessa de recompensa. 11.2. Gestão de negócios. 11.3. Pagamento indevido. 11.4. Enriquecimento sem causa.
	12. Da responsabilidade civil. 12.1. Obrigação de indenizar. Elementos essenciais à responsabilidade civil. 12.2. Responsabilidade sem culpa e atividades perigosas. 12.3. Responsabilidade civil por ato ou fato de terceiro. 12.4. Indenização.

PORTUGUÊS	
EDITAL DE 2009	EDITAL DE 2018
Leitura e interpretação de texto	Leitura e compreensão de textos: Assunto. Estruturação do texto. Ideias principais e secundárias. Relação entre ideias. Ideia central e intenção comunicativa. Efeitos de sentido. Recursos de argumentação. Informações implícitas: pressupostos e subentendidos. Gêneros Textuais: identificação, características. Coesão e coerência textuais. Nexos coesivos.
Significação das palavras: sinônimo, antônimo, conotação, denotação, homônimos, parônimos, polissemia, figuras de linguagem, vícios de linguagem	Léxico/Semântica: Significação de palavras e expressões no texto. Substituição de palavras e de expressões no texto. Figuras de linguagem e linguagem figurada. Ambiguidades, redundâncias, repetições.
Fonologia	Relações entre fonemas e grafias
Fonemas e letras	Relações entre fonemas e grafias
Encontros vocálicos e consonantais	
Separação silábica, classificação quanto ao número de sílabas e tonicidade	
Ortografia	Ortografia: emprego de letras
Emprego de H, X, CH, C, Ç, SS, Z, J, G, E, I, O, U	Ortografia: emprego de letras
Hífen	hífen
Acentuação gráfica	acentos gráficos (inclusive o Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 7.875/12)
Aplicação das regras de acentuação gráfica	acentos gráficos (inclusive o Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 7.875/12)
Acento diferencial	acentos gráficos (inclusive o Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 7.875/12)
Morfologia	Estrutura e formação de palavras.
Estrutura e processos de formação das palavras	Estrutura e formação de palavras.
Classe gramatical: invariáveis, variáveis com suas flexões de gênero, número, grau, tempos verbais e vozes verbais	Reconhecimento, flexões e emprego de classes gramaticais.
Sintaxe	Sintaxe do período simples e do período composto
Frase, oração e período	Colocação e reconhecimento de termos e orações no período.
Sintaxe interna: termos principais (essenciais e integrantes) e acessórios da oração	Sintaxe do período simples
Sintaxe externa: coordenação e subordinação	Sintaxe do período composto: Coordenação e subordinação: classificação das orações, emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos. Orações reduzidas e orações desenvolvidas
Regência verbal	Regência verbal
Regência nominal	Regência nominal
Concordância verbal	Concordância verbal
Concordância nominal	Concordância nominal
Crase	Emprego do acento indicativo de crase.
Colocação pronominal	Colocação pronominal: próclise, ênclise, mesóclise.
Pontuação	Pontuação.

* Comparação realizada pelo Prof. Andresan Machado

MUDANÇAS EM RELAÇÃO AO EDITAL ANTERIOR.

O QUE ENTROU:

Vozes verbais, identificação, classificação e conversão. Paralelismos de Regência. Frases fragmentadas e siamesas.

O QUE SAIU:

Encontros vocálicos e consonantais.

Separação silábica, classificação quanto ao número de sílaba.

MEDICINA LEGAL	
EDITAL DE 2009	EDITAL DE 2018
Não havia.	1. Introdução à medicina legal: conceito, importância, divisões, perícias e peritos, documentos médico-legais, elaboração do laudo pericial.
	2. Traumatologia Forense: agentes mecânicos (perfurantes, cortantes, contundentes, perfurocortantes, cortocontundentes e perfurocontundentes); agentes físicos (calor, frio, eletricidade, pressão atmosférica, radiação); agentes químicos - toxicologia forense: cáusticos, envenenamento, tolerância e dependência.
	3. Asfixiologia forense: conceito e classificação das asfixias, asfixias por constrição do pescoço, asfixias por alteração do estado físico ambiental, asfixias por sufocação.
	4. Sexologia Forense: himeneologia, exclusão médico-legal da paternidade, sexualidade anômala e criminosa, obstetrícia forense (fecundação, anticoncepção, gravidez, parto e puerpério, abortamento, infanticídio).
	5. Embriaguez: exame clínico, fases da embriaguez, tipos de embriaguez e aspectos médico-legais.
	6. Tanatologia: conceitos de morte, cronotanatognose, causas jurídicas da morte (suicídio, crime, morte acidental, diagnóstico comparativo), morte súbita, fenômenos cadavéricos, lesões pré-mortem e pós-mortem.
	7. Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 2.132/2015.
	8. Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.779/2005.

DELEGADO DE POLÍCIA - COMPARATIVO DE EDITAIS

CRIMINOLOGIA	
EDITAL DE 2009	EDITAL DE 2018
Não havia.	1. Criminologia. 1.1. Conceito. 1.2. Métodos: empirismo e interdisciplinaridade. 1.3. Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.
	2. Funções da criminologia. 2.1. Relações entre criminologia, política criminal e direito penal.
	3. Modelos teóricos da criminologia. 3.1. Teorias sociológicas. 3.2. Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito. 3.3. Prevenção primária. 3.4. Prevenção secundária. 3.5. Prevenção terciária. 3.6. Modelos de reação ao crime.
	4. Criminologia Cultural.
	5. Criminologia Feminista.
	6. Criminologia Queer.